

Desafio da mitigação e adaptação às alterações climáticas “não começa e termina nas energias renováveis”, alerta Inês dos Santos Costa

24 de Setembro, 2020

A manhã do segundo dia do Portugal Smart Cities Summit 2020 centrou-se no tema “Novos Modelos para a Descarbonização” onde investigadores e empresários foram convidados a partilhar pontos de vista e outras soluções para esta questão. Ficou claro que o “hidrogénio” é o protagonista nas matérias da neutralidade carbónica.

Para encerrar a temática, foi convidada a secretária de Estado do Ambiente, Inês dos Santos Costa, que, no seu discurso chamou a atenção para o facto das energias renováveis fazerem apenas parte de um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando que alcançar esse objetivo “não pode ser feito à custa de sermos perdulários dos outros 16”.

A “mudança” é assim o que melhor define o panorama atual: “Todos queremos mudança pela inovação, pela tecnologia, pelas energias renováveis ou pela redução de desigualdades”, algo que é “claro” para a Comissão Europeia (CE) e para Portugal. Mas, para tal, “é obrigatório insistir nos objetivos estabelecidos pelo Ectp Ecológico Europe”, vinca a responsável.

Inês dos Santos Costa recorreu ao discurso de Ursula von der Leyen para relembrar que a CE propôs passar dos “40% para os 55% a redução dos gases de efeito de estufa” e que os “atuais níveis de consumo de matérias-primas – energia, água e usos de solo – não são sustentáveis”. Sendo “certamente e tecnologicamente possível dissociar a criação de riqueza de emissões de gases de efeito de estufa”, a dirigente alerta, no entanto, que o cenário é diferente quando se fala de “consumo de recursos, geração de poluição ou perda de biodiversidade”, dando nota que “estes continuam a crescer para além da segurança das nossa fronteiras biofísicas” à medida que a riqueza cresce.

Para a secretária de Estado do Ambiente, um “crescimento verde”, tal como hoje é entendido, será “muito difícil de alcançar”, ao contrário do “bem-estar e da prosperidade para todos dentro dos limites do nosso planeta”. E numa “economia circular” centrada nos “princípios que retêm valor material” dentro do “sistema e na sua redistribuição justa”, não pode ser apenas um “corolário em matérias de políticas de desenvolvimento de uma comunicação, de um setor e de um país”.

Ainda em matéria de transformação, Inês dos Santos Costa diz que é fundamental “trazer os princípios de circularidade”, tendo em conta que tudo deve ser “pensado logo no desenho”. Além disso, “capturar de modo eficaz e mais transversal a oportunidade para melhorar outros setores” é crucial, afirma, dando como exemplo os gases renováveis: “Não falamos apenas da sua

importância na descarbonização, na mobilidade ou na indústria; falamos também de serviços essenciais de ambiente”.

A pandemia da Covid-19 expôs, de facto, “fragilidades” no modelo económico, afirma, reconhecendo que, ao contrário de outras crises, “não podemos basear a recuperação nos mesmos pressupostos”, até porque há limites “sociais e ecológicos”. Dentro destes, segundo a responsável, “precisamos de operar e desenvolver”, caso “queiramos ter, de facto, uma oportunidade de prosperar e de nos tornarmos resistentes a novos choques que acontecerão no futuro”.

No que diz respeito ao desafio de mitigação e adaptação às alterações climáticas, a secretária de Estado do Ambiente chama a atenção que não começa e termina nas energias renováveis: “Esta transição não pode ser um cheque energético em branco para um modelo linear de produção e consumo”. São necessárias “melhores métricas” para “medir o bem-estar social e a prosperidade de um país” para “fazer as decisões que importam” para os europeus e que “eles assim exigem eurobarómetros sucessivos mesmo em tempo de pandemia”, diz a responsável, sublinhando que “90% dos cidadãos querem mais proteção ambiental, mais responsabilidade das empresas, da indústria, dos governos e da própria União Europeia para fazer cumprir a lei, mudar a forma de consumir, fazer e comercializar”. Inês dos Santos Costa é perentória: “Todos temos a responsabilidade de defender um modelo económico ambiental, sustentável e socialmente inclusivo e de não ter medo das mudanças necessários para o conseguir”